

## **Gramática, formalização e discurso**

Roberto Gomes Camacho – UNESP/São José do Rio Preto

Um dos traços mais marcantes da teoria lingüística é uma refinada divisão social do trabalho em função da natureza extremamente complexa do objeto de estudo. Se entendermos o estudo da gramática como expressão morfossintática e fonológica de categorias semânticas e pragmáticas, podemos atribuí-lo, nos últimos anos, ao assim denominado ‘núcleo duro’ da lingüística, dividido entre dois enfoques alternativos, o funcional e formal.

Existem muitas razões por que o uso dos termos formal e funcional não pode ser considerado esclarecedor, principalmente quando aplicado aos dois paradigmas alternativos, já que diferenças de formalização não passam de mera questão de grau: alguns modelos funcionalistas, como a Gramática Funcional (Dik 1989: 1997), consistem em gramáticas com um elevado grau de formalismo, entendido como explicitude notacional. A diferença real não está, portanto, na utilização de sistemas notacionais, mas no grau de independência ou de autonomia das relações formais ou gramaticais em relação ao significado e ao uso que os falantes fazem delas no contexto comunicativo. É justamente neste sentido preciso do termo ‘formal’ que a diferença entre as gramáticas formais e as funcionais deixa de ser uma questão relativa para ser uma questão absoluta (Garcia Velasco 2003).

Como os formalistas, os funcionalistas também analisam a estrutura gramatical, mas com o compromisso de que ela é em grande medida condicionada por fatores derivados da função primordial da linguagem como instrumento de comunicação, reconhecendo, todavia, um conceito de autonomia relativa da sintaxe em relação aos componentes semântico e pragmático, já que reconhecem a existência de muitos fenômenos gramaticais não diretamente deriváveis de aspectos semânticos, pragmáticos ou discursivos. Todavia, qualquer aspecto não arbitrário da estrutura gramatical é de pronto rechaçado pelos gerativistas, principais expoentes do enfoque formalista, que defendem expressamente a hipótese de autonomia da gramática.

A Gramática Funcional está tradicionalmente comprometida com o princípio da não autonomia da gramática e também com o objetivo explícito de construir um sistema de representação formal. Não obstante a prioridade metodológica que parece merecer o componente pragmático nos estudos funcionalistas, é a estrutura da oração simples e da oração complexa o fulcro principal da atenção da Gramática Funcional. Na realidade, o grande esforço de Dik (1989; 1997) está dirigido para a explicação da estrutura gramatical com referência à estrutura semântica e pragmática. Ainda que a abordagem dos fenômenos gramaticais recorra freqüentemente a explicações de base discursiva, com vistas ao entendimento de que a linguagem é um instrumento de interação social, é a sintaxe em si o objeto principal do enfoque da Gramática Funcional, não o discurso.

Caberia, a essa altura, perguntar se é possível construir uma gramática com uma orientação formal que de fato enfoque o discurso, compreendido como não necessariamente confinado aos limites da sentença. É justamente em resposta a essa questão que surgiu recentemente a proposta de Hengeveld (2004), denominada Gramática Funcional do Discurso, que representa uma reorganização da arquitetura do modelo anterior sem implicar necessariamente uma ruptura. Essa reorganização surgiu em resposta ao fato de que um conjunto significativo de pesquisas realizado na década de 90 no arcabouço da Gramática Funcional vinha sendo sistematicamente dirigido à necessidade de expansão de uma

gramática da sentença para uma gramática do discurso. Com efeito, há muitos fenômenos lingüísticos, como partículas discursivas, cadeias anafóricas etc, que só podem ser adequadamente explicados em termos de unidades maiores que a sentença; há, por outro lado, fenômenos lingüísticos menores que a sentença que, todavia, funcionam como enunciados completos e independentes no discurso.

Essa nova orientação desenvolve o princípio de que um modelo adequado de gramática do discurso requer uma organização ao mesmo tempo modular e hierárquica de gramática, o que significa reconhecer respectivamente a aplicação de vários níveis de análise e a necessidade de uma organização da estrutura subjacente em camadas. Além de hierárquico e modular, o modelo opera num modo descendente, o que significa, por um lado, iniciar pelo discurso como unidade de análise e dele para a análise das unidades menores e, por outro, considerar que as decisões nos níveis e camadas mais altos determinam e restringem as possibilidades dos níveis e camadas mais baixos. Essa reorganização aproxima a Gramática Funcional do Discurso de uma representação do processamento discursivo em atenção ao princípio de adequação psicológica, que vem norteando a teoria desde seu início (Dik 1989).